

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.660.873 - CE (2020/0029621-9)

RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ
AGRAVANTE : FRANKLIN RODRIGUES LIMA
ADVOGADOS : JOSÉ NEY GONÇALVES MONTENEGRO E OUTRO(S) -
CE005541
KARINE SARMENTO DORNELLES - CE014176
RENAN SALES MONTENEGRO - CE029778
AGRAVADO : CARLOS ALBERTO DE OLIVEIRA LIMA
ADVOGADOS : Roberta Karen de Andrade Bezerra - CE027544
THAYANNE NUNES RODRIGUES E OUTRO(S) - CE027543

DECISÃO

Trata-se de agravo apresentado por FRANKLIN RODRIGUES LIMA, contra a decisão que não admitiu seu recurso especial.

O apelo nobre, fundamentado no artigo 105, inciso III, alínea "a", da CF/88, visa reformar acórdão proferido pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, assim resumido:

PROCESSO CIVIL E DIREITO CIVIL. APELAÇÃO CÍVEL. ANULAÇÃO DE NEGÓCIO JURÍDICO. VÍCIO DE CONSENTIMENTO NÃO CONFIGURADO. ARTS. 138, 139 E 171 DO CC. PARTE AUTORA NÃO PROVOU INEQUIVOCAMENTE A EXISTÊNCIA DE VÍCIO DE CONSENTIMENTO RESULTANTE DE DOLO/COAÇÃO CAPAZ DE ATINGIR A SUA MANIFESTAÇÃO DE VONTADE. ART. 373, 1, DO CPC. MERO ARREPENDIMENTO. INEXISTÊNCIA DE ILEGALIDADE NO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO VERGASTADO. SENTENÇA MANTIDA. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO.

1. Cinge-se a controvérsia recursal em analisar a validade de negócio jurídico celebrado entre as partes, bem quanto a legalidade do ato administrativo relativo à Transferência de Permissão Remunerada de Uso - TPRU do box nº 77 do Galpão 05 na CEASA do autor para o réu.

2. A anulação de um ato jurídico depende da demonstração inequívoca de existência do vício de consentimento, resultante de erro, dolo ou coação capaz de atingir a manifestação de vontade do agente, interferindo na elaboração do negócio jurídico que se pretende anular (arts. 138, 139 e 171 do CC) 3. A parte autora não se desincumbiu, no bojo dos autos, de produzir prova inequívoca de que tenha realizado o negócio por erro, ou que tivesse sido induzida dolosamente pela outra parte a fazê-lo ou, em outro viés, que o tenha feito em consequência de qualquer outro vício do consentimento (art. 373, I, do CPC).

4. Ausente, portanto, a prova do vício de consentimento na realização do negócio, este deverá prevalecer em razão da certeza e segurança jurídica que consubstanciam as relações contratuais. O mero arrependimento pelo negócio não dá ensejo à sua invalidação.

5. Para que o permissionário possa ceder a área que lhe foi permitido o uso se faz necessária a autorização das Centrais de Abastecimento do Ceará S/A CEASA, autorização esta concedida pelo ente, conforme se observa nos documentos de fls.19/22, relativos ao Termo de Permissão Remunerado de Uso, concedido ao ora recorrido.

6. Ademais, as testemunhas ouvidas em juízo são enfáticas ao afirmar que o procedimento administrativo referente a transferência ora discutida respeitou todos os procedimentos legais junto à CEASA. Desse modo, em dissonância do alegado pela parte autora, bem como em atenção às provas constantes nos autos, não há de falar em qualquer ilegalidade no procedimento administrativo ora vergastado.

7. Estando o decisor a quo em conformidade com a legislação e com a jurisprudência pacificada no âmbito do desta Corte, não havendo fundamentação apta a ensejar a sua modificação, o improvimento do presente recurso é a medida que se impõe.

8. Recurso conhecido e não provido. (fls. 603/604).

O recorrente alega violação dos arts. 138 e 171 do CC e 373, I, do CPC, no que concerne à existência de vício para anulação do negócio jurídico e de defeitos em procedimento administrativo, trazendo os seguintes argumentos:

09. Como efeito, forte na argumentação de ingresso e que assinou documento de fls. 61 mediante erro e outros defeitos disciplinados em lei civil, pleiteia o Recorrente a declaração de nulidade do termo de transferência expedido unilateralmente com base em viciada manifestação de vontade.

[...]

12. Cumprindo destacar que, com a legítima intenção de anular a transferência do box, argumenta o Recorrente que, em razão de sua inexperiência com o trato negociai, pouca idade e enfermidade do seu genitor, o lídimo gestor do comércio da família, assinou documento como forma de garantir na pessoa de FRANKLIN RODRIGUES LIMA - TITULAR DA PERMISSÃO DO USO DO BOX, débito pessoalmente contraído por seu genitor - VALDERILO FERREIRA LIMA - fls. 79/138, jamais e em momento algum, manifestando intenção de transferir a permissão há anos por ele exercida e gerida por seu genitor, único meio de vida da família respectiva.

13. Explica-se: A teor dos documentos colacionados aos autos - fls. 79/138, identificados por NOTAS PROMISSÓRIAS emitidas por VALDERILO FERREIRA LIMA se descortina a verdade real do conflito em lide.

[...]

19. No caso presente, a necessidade de anulação do negócio jurídico advém da prova cabal do vício afetador da vontade da parte, sendo certo que a sentença merece total reforma nesse sentido, dado o reconhecimento da existência de vício de consentimento, nos seguintes termos (VIDE MÍDIA REMOVÍVEL DE FLS. 371):

Ao ser analisado o DEPOIMENTO de CARLOS ALBERTO DE OLIVEIRA LIMA, infere-se que o mesmo desconhece toda a negociação, jamais tendo celebrado alguma avença com o Apelante que justificasse a transferência do Box 77 -GP5 para seu nome, a demonstrar a viciada

negociação:

[...]

21. A prova colacionada demonstra e assegura que o Recorrente fora ludibriado ao ser convencido a assinar documento em que acreditava se tratar de documento garantidor de débito contraído por seu genitor enfermo, documento este utilizado posteriormente para ensejar a transferência da permissão do box, conforme consta às fls. 61.

22. Da leitura do documento, verifica-se que se identifica por uma súplica de autorização para posterior transferência da área do Box, alheios requisitos essenciais inerentes à uma verdadeira transferência de permissão de uso, cujo documento de fls. 61 não se constitui prova inilidível e inatacável, devendo ser desconstituído pelos meios legais prescritos para anulação do ato jurídico, pois incontroverso o erro de consentimento, fato em que se ampara a pretensão do autor, para inviabilizar a liberalidade nele contida, que não condiz com a sua efetiva e real vontade.

[...]

25. Logo, em sendo a transferência de permissão de uso de box um contrato, e portanto, um ato jurídico, gera, modifica e extingue direitos e encerra uma declaração de vontade.

26. De modo que, não há vínculo obrigacional sem a vontade tácita ou expressa da parte, que manifeste de modo saliente ou com evidência, a sua autonomia de propósito, como "causa efficiens" do ato jurídico, que autorize modificações de situações preexistentes.

Portanto, a vontade e a declaração são elementos indispensáveis à integração de qualquer ato jurídico, por não existir obrigação eficaz sem que se verifique a ocorrência desses requisitos.

27. Logo, impõe-se como elemento necessário para validade do consentimento das partes contratantes, além da voluntariedade do ato, que contenha a ocorrência de uma vontade dirigida imediatamente ao fim de estabelecer ou alterar certa situação jurídica.

[...]

34. Portanto, no caso presente, o vício resta comprovado, pois inexistente nos autos a manifestação de conhecimento, ou de ciência do conteúdo da transferência do box, de modo livre e espontâneo pelo Recorrente, não exteriorizando apenas um documento de autorização para consequente possibilidade de transferência, mas a sua própria vontade de transferir a permissão de uso, restando patenteado nos autos que ao tempo da lavratura do TPRU, o Autor sequer tinha conhecimento do processamento de feito administrativo de transferência, presente vício hábil a maculá-lo, motivo pelo qual deve-se reformar o decisório que não vislumbrou defeito capaz de invalidar o ato jurídico.

[...]

37. Assim sendo, conclui-se que para se anular um negócio jurídico livremente firmado, a parte interessada deve comprovar algum ou alguns dos vícios, consoante dispõe os termos do art. 171, II, do Código Civil, que são o erro, o dolo, a coação, o estado de perigo, a lesão ou fraude contra credores; o que, no presente, caso ocorreu.

[...]

44. No entanto, ficou claro que o Recorrente nunca teve a intenção de vender a ele seu único box.

45. O que se pode concluir, então, é que o Recorrido não comprovou a existência de fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito da apelante, a justificar a procedência do pedido inicial.

[...]

51. In casu, existem provas suficientes nos autos a autorizar a invalidação do negócio jurídico efetivado entre as partes, pois ficou o evidenciado que o Recorrente foi enganado.

52. Assim, no caso sub judice, ao contrário do entendimento externado pelo acórdão, vislumbra-se a ocorrência de vício resultante de erro e dolo imputado ao Recorrido, de sorte a autorizar neste feito a anulação do negócio jurídico entabulado entre o autor e terceira pessoa.

[...]

54. Na via inversa de tal manifestação, a realidade dos autos evidencia que, de posse do documento assinado pelo Recorrente restou inaugurado procedimento administrativo de N°. 015476 perante a CEASA (fls. 60/73), consubstanciado no deferimento da suposta autorização de transferência, com esteio no regulamento de mercado (Artigo 7°. Parágrafo 1°. Alínea c) combinado com CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA DO TPRU N° 12/2008.

[...]

57. Sendo certo que, a drástica conclusão de imediata transferência havida ao simplório pedido de autorização de fls. 61, sem detrimento da ausência de qualquer comunicação de DEFERIMENTO E CONCLUSÃO ao principal interessado - ora Recorrente, vai de encontro às normas e diretrizes do próprio Regulamento de Mercado, uma vez que os candidatos ao uso das dependências ou serviços da Centrais de Abastecimento do Ceará S/A - CEASA/CE devem comprovar junto à Divisão de Operações daquele órgão, através de documentação complementar, o seguinte:

[...]

59. No caso em apreço, verifica-se que ocorreu um vício no negócio jurídico, haja vista que em momento algum o Recorrente procedeu a transferência do Box retro mencionado, restando plenamente caracterizado uma anomalia no processo volitivo, pois tal procedimento ocorreu as escusas do principal interessado.

60. Não se pode admitir que o documento que versa UNICAMENTE EM NEGOCIAÇÃO seja considerado conclusivo para transferência, pois bastasse atentar para as datas e trâmites realizados para se comprovar que tal transferência OCORREU AS ESCURAS E LONGE DA CIÊNCIA E ANUÊNCIA DO AUTOR!!

[...]

62. Consubstanciando no que fora descrito acima, observa-se que não assiste razão a justificar que a permissão pública de uso teve sua transferência realizada por solicitação do Recorrente, uma vez que conforme fora explicitada, tal proceder ocorreu ao arrepio da lei, tanto pelo fato que a transferência fora procedida às escusas do Recorrente, somado ao fato da mesma não preencher os requisitos necessários para o referido negócio jurídico, destituído de imprescindível documentação elencada na legislação da entidade competente. (fls. 614/628)

É o relatório. Decido.

No que concerne ao recurso especial, na espécie, o Tribunal de origem se manifestou nos seguintes termos:

Portanto, diante das provas contidas nos autos, não se configurou no presente caso qualquer vício de consentimento que tivesse influenciado na

manifestação de vontade da apelante, conforme aduz, bem como não restou evidenciado qualquer erro, dolo, coação ou fraude. Frisa-se que o mero arrendimento pelo negócio não dá ensejo à sua invalidação.

Por outro lado, aduz a recorrente que o procedimento administrativo relativo à transferência possui defeitos insanáveis, uma vez que não atendeu às exigências contidas no Regulamento de Mercado do CEASA-CE (fls. 204/216), destacando que o Termo de Permissão E Remunerado de Uso veda o direito de ceder, a qualquer título, ainda que o temporariamente o todo ou parte da área objeto da permissão, razão pela qual o aludido procedimento deve ser anulado em juízo. Contudo, a parte recorrente não desincumbiu do ônus que lhe cabia (art. 373, I, do CPC), in caso, demonstrar a ilegalidade no aludido procedimento. (fl. 693).

Assim, portanto, incide o óbice da Súmula n. 7 do STJ (“A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial”), uma vez que a pretensão recursal demanda o reexame do acervo fático-probatório juntado aos autos.

Nesse sentido: “O recurso especial não será cabível quando a análise da pretensão recursal exigir o reexame do quadro fático-probatório, sendo vedada a modificação das premissas fáticas firmadas nas instâncias ordinárias na via eleita (Súmula n. 7/STJ)” (AgRg no REsp n. 1.773.075/SP, relator Ministro Felix Fischer, Quinta Turma, DJe de 7/3/2019).

Confirmam-se ainda os seguintes precedentes: AgRg no AgRg no AREsp n. 1.374.756/BA, relatora Ministra Laurita Vaz, Sexta Turma, DJe de 1º/3/2019; AgInt nos EDcl no AREsp n. 1.356.000/RS, relator Ministro Luis Felipe Salomão, Quarta Turma, DJe de 6/3/2019; e REsp n. 1.764.793/RJ, relator Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe de 8/3/2019.

Ante o exposto, com base no art. 21-E, V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.**

Nos termos do art. 85, § 11, do Código de Processo Civil, **majoro os honorários de advogado em desfavor da parte recorrente em 15% sobre o valor já arbitrado nas instâncias de origem, observados, se aplicáveis, os limites percentuais previstos nos §§ 2º e 3º do referido dispositivo legal, bem como eventual concessão de justiça gratuita.**

Publique-se. Intimem-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília, 23 de março de 2020.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente